



## GT 027. Conflitos Socioambientais, Conhecimento Tradicional e Desenvolvimento Sustentável no Brasil Central

Franklin Plessmann de Carvalho (UFRB) - Coordenador/a, Carmen Lúcia Silva Lima (Universidade Federal do Piauí) - Coordenador/a, Alfredo Wagner Berno de Almeida (Universidade Estadual do Maranhão) - Debatedor/a, Helciane de Fátima Abreu Araujo (Universidade Estadual do Maranhão) - Debatedor/a

No contexto atual, povos e comunidades tradicionais estão sendo impactadas por políticas governamentais e agroestratégias implementadas por conglomerados econômicos produtores de commodities agrícolas. O Grupo de Trabalho, aqui proposto, reunir pesquisadores que estejam refletindo sobre conflitos socioambientais vivenciados por povos e comunidades tradicionais em decorrência dos referidos empreendimentos. A análise privilegiar a relação que se estabelece entre as ações de pesquisa e as ações de resistência, com destaque para a interação entre conhecimentos tradicionais e acadêmicos na formulação e crítica ao desenvolvimento sustentável. Terão prioridades propostas de trabalho que tratem de investigações realizadas na região do Brasil Central, que abrange os estados do Maranhão, Tocantins, Piauí, Bahia, Mato Grosso, Pernambuco, norte de Minas Gerais e sul do Pará. A pretensão é socializar os resultados de experiências etnográficas com apoio de cartografias sociais que estejam dialogando com outras produções que abordem os conflitos socioambientais no Brasil Central.

### Comunidades tradicionais, arenas de ação e a anti-comoditização da natureza

**Autoria:** Benedito Souza Filho

O Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses (PNLM), criado em 1981 e com uma extensão de 155 mil hectares, tem sido objeto de campanhas publicitárias que exploram sua beleza cênica e convertem os ambientes de dunas e lagoas cristalinas em verdadeiros paraísos destinados à visitação turística. O apelo à beleza cênica tem sido o principal objeto de campanhas de agências e agentes vinculados ao setor do turismo que têm convertido a "natureza" em uma espécie de "mercadoria" que pode propiciar a obtenção de lucros expressivos àqueles envolvidos na cadeia do turismo. Em função dos interesses em jogo, posto em funcionamento por agentes políticos (prefeitos, Ministros do meio Ambiente) e econômicos (empresas privadas) observa-se que em relação ao PNLM está ocorrendo um processo de comoditização da natureza. Apesar da agressiva ação desses agentes, moradores de comunidades tradicionais, que já ocupavam distintas regiões do PNLM antes mesmo de sua criação, e que têm na agricultura, pesca artesanal, criação de animais e a produção artesanal as principais atividades que marcam o seu modo de vida, têm se mobilizado, com apoio de órgãos de representação e outras instituições, como o Ministério Público Federal, para fazer frente a essa ameaça. O presente trabalho visa refletir, por um lado, sobre a configuração de uma arena de disputa observando a ação e os interesses dos distintos agentes envolvidos e, por outro, sobre as ações dos moradores dessas comunidades tradicionais, entendendo-as como um movimento de anti-comoditização da natureza.



**Realização:**



**Apoio:**



**Organização:**

